

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Última Hora Class.: 24

Data 20/04/86 Pg.: _____

Indígena discute a Constituinte

Os povos indígenas no Brasil também estão no movimento de participação à Assembleia Nacional Constituinte através de debates, onde discutem essencialmente o voto étnico, ou seja, o voto onde só irão apoiar aqueles que fecham com o programa mínimo estabelecido por um grupo de estudos dirigido pela União das Nações Indígenas (UNI) e que será conhecido em reunião no dia 9 de maio. Enquanto o encontro no Rio de Janeiro não acontece as grandes populações indígenas discutem o voto étnico e escolhem seus candidatos à Constituinte.

O primeiro encontro elaborado pela UNI foi nos dias 12 e 13 de agosto de 85 onde participaram entidades e nomes bastante representativos dentro da política indigenista no Brasil: Paulo Machado advogado do Conselho Indigenista Missionário; Arlinda Ramos, da Associação Brasileira dos Antropólogos; Idjarruri Karajá, candidato a uma cadeira na Constituinte, por Goiás; Olímpio Serra, da Fundação Pró-Memória; Marcos Terena, do Ministério da Cultura; Manuela Carneiro da Cunha, do Pró-Índio/SP; Maria do Rosário Carvalho, da

Anai/BA; Claudia Andjar, responsável pela criação do Parque Yanomami; João Pacheco, do Museu Nacional do Índio; deputado Marcio Santillo, de São Paulo e, ainda, José Carlos Almeida Libânio, assessor para direitos humanos do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos.

Os principais pontos do programa, que foram divididos em tarefas para esta equipe participante são: direito positivo nacional e internacional e o Índio; representação indígena; autonomia dos territórios indígenas; terra indígena; cidadania; sociedades indígenas; sua personalidade jurídica; conceito constitucional de sociedade indígena e movimento indígena e constituinte.

No seminário marcado para dia 9 de maio será elaborado o Programa Mínimo, depois das discussões em todo o país e, finalmente, no mês de junho haverá um seminário em Brasília com uma discussão pública e com políticos.

José Carlos Almeida, assessor para direitos humanos do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos, explica que "o Inesc está aberto à sugestões pelo telefone 226-8093 ou em nossa sede no Venâncio 2.000.

Fátima Emediato